

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2020

(Da Sra. DRA. SORAYA MANATO)

Dispõe sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais dos templos de qualquer culto religioso para gozo da imunidade tributária prevista no § 4º do art. 150 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais dos templos de qualquer culto religioso para gozo da imunidade tributária prevista no § 4º do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 2º Presumem-se relacionados às finalidades essenciais dos templos de qualquer culto religioso, sem prejuízo de outras hipóteses, o patrimônio, a renda e os serviços que permitam, direta ou indiretamente, a realização, a manutenção ou a extensão das atividades religiosas previstas nos seus atos constitutivos.

Parágrafo único. No caso de extensão das atividades religiosas previstas no ato constitutivo, para usufruir da imunidade tributária, o templo deverá manter a regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciários.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa trazer segurança jurídica para o desenvolvimento da atividade religiosa. Buscamos direcionar a imunidade para que atividades que estão jungidas às finalidades essenciais das organizações

religiosas não sejam desconsideradas no tratamento dado pelos Fiscos às Imunidades.

Fazendo-o, propomos também esclarecer estarem abrangidas pela imunidade as atividades lucrativas desenvolvidas pelas entidades religiosas, desde que a receita dessas atividades seja voltada à finalidade essencial e esteja prevista no seu estatuto. Isso porque a imunidade dessa forma caracterizada permite uma melhor sustentabilidade econômica dos cultos.

Trazemos também a questão da regularidade previdenciária e trabalhista, para que as atividades econômicas que sejam enquadradas como extensão por estarem dispostas no estatuto da organização não possam usufruir da imunidade sem se encontrarem regulares com os indigitados encargos.

Destarte, confiamos na aprovação da proposição pelos eminentes Pares.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputada DRA. SORAYA MANATO